



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO**

### **PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **2026**

GUAMIRANGA, 18 DE JANEIRO DE 2026



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **SUMÁRIO**

- 1 - APRESENTAÇÃO;
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E INSTITUCIONAL;
- 3 - OBJETIVOS DA FISCALIZAÇÃO;
- 4 - EIXOS ESTRUTURANTES DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL;
- 5 - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2026;
- 6 - FISCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS;
- 7 - ADEQUAÇÃO DO MUNICÍPIO À REFORMA TRIBUTÁRIA;
- 8 - MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA;
- 9 - CONCLUSÃO.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **1 - APRESENTAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Finanças de Guamiranga, por meio do Departamento de Arrecadação e Tributação, é responsável pela gestão, fiscalização, lançamento e arrecadação dos tributos de competência municipal, nos termos da Constituição Federal, do Código Tributário Nacional e da legislação municipal vigente.

O Plano Anual de Fiscalização Tributária para o exercício de 2026 constitui instrumento de planejamento administrativo e fiscal, com a finalidade de organizar, direcionar e priorizar as ações de fiscalização tributária do Município, sem prejuízo das demais ações que se fizerem necessárias, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, moralidade, publicidade e isonomia tributária.

O presente Plano visa assegurar o incremento sustentável da arrecadação municipal, a redução da evasão e inadimplência fiscal, bem como o fortalecimento da justiça fiscal, garantindo recursos necessários à manutenção e ampliação dos serviços públicos essenciais.

Este documento foi elaborado sob a coordenação do Secretário Municipal de Finanças, Ederson Borges Cabral, em conjunto o Fiscal Tributário, Diego Tiago Pereira.

### **2 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E INSTITUCIONAL**

O presente Plano fundamenta-se, entre outros diplomas legais:

- Constituição Federal de 1988, especialmente os artigos 30, 145, 156 e 37;
- Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966);
- Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000);
- Legislação municipal tributária vigente (LEI Nº 53, DE 30 DE NOVEMBRO DE



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

1998);

– Normativas dos Tribunais de Contas e orientações técnicas aplicáveis à administração tributária municipal.

A elaboração e execução do Plano Anual de Fiscalização atendem às boas práticas de governança pública, planejamento estratégico e controle da arrecadação, recomendadas pelos órgãos de controle externo.

### **3 - OBJETIVOS DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização tributária municipal tem por objetivo assegurar a correta aplicação da legislação fiscal e a efetiva arrecadação das receitas próprias do Município, sendo orientada pelos seguintes objetivos específicos:

- Garantir o cumprimento da legislação tributária vigente, assegurando tratamento isonômico aos contribuintes;
- Reduzir a inadimplência fiscal por meio de mecanismos administrativos eficientes de cobrança e regularização;
- Prevenir e coibir práticas de sonegação, evasão e fraude fiscal;
- Estimular a regularização espontânea dos contribuintes, priorizando meios administrativos e digitais;
- Aperfeiçoar os controles internos relacionados à arrecadação e fiscalização.

### **4- EIXOS ESTRUTURANTES DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL**

**Fiscalização Preventiva e Orientativa:**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

A fiscalização preventiva constitui diretriz prioritária da Administração Tributária Municipal, buscando orientar o contribuinte quanto ao correto cumprimento de suas obrigações tributárias, antes da adoção de medidas sancionatórias.

Serão adotadas notificações orientativas, campanhas educativas e ações de esclarecimento, possibilitando a correção voluntária de inconsistências, em consonância com os princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa.

### **Fiscalização de Combate à Sonegação:**

A fiscalização repressiva será direcionada à identificação e apuração de infrações tributárias, especialmente nos casos de omissão de receitas, subdeclaração de valores e descumprimento de obrigações principais e acessórias.

As ações serão planejadas com base em critérios de risco fiscal, cruzamento de dados e informações cadastrais, priorizando setores com maior potencial de evasão tributária.

### **Modernização dos Processos Fiscais e de Arrecadação:**

A modernização da administração tributária municipal compreende a ampliação do uso de sistemas informatizados, integração de bases de dados, automação de procedimentos e fortalecimento dos controles internos, visando maior eficiência, rastreabilidade e segurança das informações fiscais.

## **5 - AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA 2026**

### **Comunicação Institucional com o Contribuinte:**

O Município manterá e ampliará a utilização de canais oficiais de comunicação digital como instrumento de orientação fiscal, divulgação de prazos, campanhas de regularização e transparência das ações da administração tributária.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **Consolidação do Protesto Extrajudicial da Dívida Ativa:**

Será consolidada a utilização do protesto extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa, conforme a legislação vigente, como mecanismo administrativo de recuperação de créditos, reduzindo a judicialização e promovendo maior efetividade na cobrança.

### **Parceria Atualização da Numeração Predial:**

Será proposta a atuação integrada entre o Departamento de Arrecadação e Tributação, o Setor de Engenharia do Município e os Correios, com vistas à padronização e atualização da numeração predial, aprimorando a qualidade do cadastro imobiliário e a eficiência da tributação do IPTU.

### **Estruturação do Quadro Efetivo da Área Tributária:**

Considerando a crescente complexidade das atribuições da administração tributária municipal, evidencia-se a necessidade de fortalecimento do quadro de servidores efetivos da área, garantindo continuidade administrativa, segregação de funções, eficiência operacional e mitigação de riscos institucionais.

## **6 - FISCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS**

### **IPTU – Cadastro Imobiliário:**

As ações de fiscalização do IPTU concentrar-se-ão na revisão e atualização do cadastro imobiliário, mediante auditorias cadastrais, uso de imagens de satélite, georreferenciamento e vistorias técnicas, visando assegurar a correta tributação dos imóveis urbanos, visto a peculiaridade do município, onde aproximadamente 75% dos imóveis não possui matrícula imobiliária, sendo apenas provenientes de posse.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **ITBI:**

A fiscalização do ITBI abrangerá a análise dos valores declarados nas transmissões imobiliárias, com vistorias in loco e apoio técnico do setor de planejamento/engenharia, assegurando compatibilidade entre o valor venal e a realidade do imóvel, por meio de laudo de avaliação.

### **ISSQN:**

As ações de fiscalização do ISSQN serão intensificadas em setores estratégicos, como construção civil, profissionais autônomos e prestadores de serviços, com foco no correto recolhimento do tributo e no cumprimento das obrigações acessórias, bem como serão reavaliados e expandidos os lançamentos existentes.

### **ITR:**

O Município dará continuidade às ações decorrentes do convênio com a Receita Federal do Brasil para fiscalização e arrecadação integral do ITR, com uso de cruzamento de dados, imagens de satélite e vistorias técnicas.

## **7 - ADEQUAÇÃO DO MUNICÍPIO À REFORMA TRIBUTÁRIA:**

O exercício de 2026 será marcado pela adaptação progressiva do Município às alterações decorrentes da Reforma Tributária, especialmente quanto à implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

A Administração Tributária Municipal acompanhará a regulamentação infraconstitucional, promovendo ajustes nos procedimentos internos, sistemas de informação e capacitação técnica dos servidores, assegurando a observância das competências municipais e a conformidade com as normativas expedidas pela Receita Federal do Brasil.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**

### **8 - MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA**

#### **Fiscalização em Campo:**

A fiscalização presencial permanecerá como instrumento essencial de controle, especialmente quanto à verificação da regularidade cadastral, emissão de documentos fiscais e cumprimento das obrigações tributárias.

#### **Capacitação e Qualificação continuada:**

A qualificação continuada dos servidores da área tributária será tratada como prioridade estratégica, considerando os desafios decorrentes da Reforma Tributária, da evolução tecnológica e do aumento da complexidade normativa.

#### **Benefícios da Modernização:**

A modernização da fiscalização resultará em maior eficiência administrativa, incremento da arrecadação própria, redução da sonegação fiscal, fortalecimento dos controles internos e maior segurança jurídica para a Administração e para os contribuintes.

### **9 - CONCLUSÃO**

O Plano Anual de Fiscalização Tributária de 2026 consolida-se como instrumento de planejamento e governança fiscal, alinhado às boas práticas da administração pública e às orientações dos órgãos de controle externo, reafirmando o compromisso do Município de Guamiranga com a legalidade, eficiência e justiça fiscal.

Guamiranga, 29 de janeiro de 2026.

**Ederson Borges Cabral**  
**Secretário Municipal de Finanças**

**Diego Tiago Pereira**  
**Fiscal Tributário**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMIRANGA**

## **ESTADO DO PARANÁ**